

**Estado, golpe e regime político e saúde: uma análise pachukaniano-salamiano**  
**Leonardo Carnut<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo defende a tese de que o regime político é central na conformação do Estado para reacomodar o novo padrão de acumulação, e em percurso histórico, de blindar gradualmente a democracia oferecendo cenários de regimes de legitimidade restrita. Quando estes se estabelecem, em determinadas situações conjunturais, pode levar a um golpe. Assim, demonstra-se que o golpe de Estado de abril de 2016 significa o auge da blindagem da democracia aos interesses das classes populares. Comparando esta análise com a percepção do setor saúde sobre a conjuntura, identificam-se divergências paradigmáticas e que, a Saúde Coletiva, mesmo sob o golpe, continua apostando na institucionalidade da política contribuindo pouco para compreender os cenários que estão por vir.

**Descritores:** Política, Estado, Regime Político, Golpe, Saúde.

**State, coup and political regime and health: a Pachukanian-Salamian analysis**

**Abstract:** This article defends the thesis that the political regime is central in the conformation of the State to rearrange the new pattern of accumulation, and in a historical way, to gradually shield democracy by offering scenarios of regimes of restricted legitimacy. When they establish themselves, in certain conjuncture situations, it can lead to a coup. Thus, it is demonstrated that the coup d'etat of April of 2016 means the height of the shield of the democracy to the interests of the popular classes. Comparing this analysis with the perception of the health sector on the conjuncture, we identify paradigmatic divergences and that collective health, even under the coup, continues betting on the institutionality of politics with a few contribution to understand the scenarios that are to come.

**Keywords:** Political Science, State, Political Regime, Coup, Health.

**Uma breve introdução**

Embora Marx não tenha desenvolvido uma teoria do Estado (Nascimento, 2009), a presença do Estado ronda sua obra como um todo, especialmente em *O Capital* (Araújo, 2018a). Este espectro do Estado Moderno é a categoria que, em suas análises, subjaz a gênese do capitalismo completando a compreensão sobre o modo de produção capitalista. Após o legado marxiano e especialmente com Lênin em *O Estado e a Revolução*,

---

<sup>1</sup> UNIFESP.

Evguiéni Pachukanis (Pachukanis, 2017) retoma uma atenção ao Estado como categoria importante na compreensão da dinâmica da sociabilidade capitalista sendo reanimada e, assim, elaborada originalmente, dando origem ao que hoje de se considera como Teoria Materialista do Estado (Hirsch, 2017).

Com a turbulência que o Brasil está passando no contexto atual, torna-se fundamental discutir de forma mais aprofundada a natureza do comportamento do seu Estado, à luz da contribuição da perspectiva marxista, e os sinais claros da conformação de um regime político de legitimidade restrita. É neste sentido que consideramos que a Teoria Materialista do Estado, e especial, a abordagem pachukaniana nos ilumina para compreender o papel que ‘joga’ o Estado na dinâmica da sociabilidade do capital e suas repercussões na política (em sentido lato).

Assim, ao partimos da premissa dos autores do debate da derivação, inspirados em Pachukanis, entendemos que o regime político é central na conformação do Estado para reacomodar o novo padrão de acumulação, fazendo com que o golpe institucional de 2016 emergja com outro sentido. Desse modo, a tese a ser defendida neste artigo é de que o golpe de Estado de abril de 2016 significa o auge da blindagem da democracia aos interesses das classes populares, conforme ressalta Demier (2017). Na realidade, presencia-se uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, marcada por uma racionalidade ultraliberal (Arcary, 2019b), totalmente adequada aos desdobramentos da crise capitalista, com a intensificação do aniquilamento dos direitos sociais conquistados arduamente pela classe trabalhadora.

No setor saúde, especialmente na Saúde Coletiva<sup>2</sup>, há uma preocupação em compreender os cenários políticos para se antever os problemas relativos à condução do Sistema Único de Saúde (SUS) e qual o papel dos operadores das políticas de saúde (em todos os seus níveis) no enfrentamento necessário a ser feito. Contudo, partimos do fato de que ‘o político’, quando analisado pelos atores na área da saúde, é restrito apenas à

---

<sup>2</sup> Em uma descrição muito apressada, é fundamental dizer que o ‘setor saúde’ não é homogêneo e é constituído por diversos subgrupos, uns majoritários, aliados à lógica de mercado, e um grupo minoritário, conhecido como ‘sanitarista’ que constituem o campo da Saúde Coletiva. Este campo considera a saúde como um processo socialmente determinado e tradicionalmente realiza análises políticas sobre o setor. Para maiores detalhes, ver em: <http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/>.

institucionalidade, restringindo assim a visão em longo prazo dos processos sociais e políticos e, porventura, realizando prognósticos que se afastam de uma perspectiva histórica e de luta política. Por isso, ao apresentar nossa análise, de filiação marxista, temos como objetivo neste artigo evidenciarmos a percepção da conjuntura do golpe institucional de 2016 feita pela saúde, identificando seus limites e sua necessária problematização.

Para tanto, este artigo está organizado em cinco partes, incluindo a introdução e as considerações finais. A segunda parte aborda o papel do Estado, identificando-o como parte integrante das relações capitalistas de produção, sendo derivado da dinâmica do capital à luz do debate da derivação. A terceira parte analisa a atuação recente do Estado brasileiro, a partir de diferentes enfoques sobre o golpe institucional de 2016, ressaltando a perspectiva crítica marxista. A quarta parte evidencia a relação entre o neodesenvolvimentismo, advogado para os períodos dos governos Lula e Dilma, o golpe e a percepção das frações populares da classe trabalhadora. A quinta parte trata da percepção institucionalista do setor saúde sobre o golpe, problematizando-a criticamente.

### **A derivação do Estado: Pachukanis e Mathias-Salama**

Para Pachukanis, não é possível apenas deduzir logicamente o Estado a partir da sucessão das categorias (mercadoria / valor / dinheiro / capital) mas é possível também entender como a natureza da forma jurídica é essencialmente capitalista e, na melhor das hipóteses, atua como mantenedora das relações “contratuais” fundantes neste modo de produzir. No entanto, a contribuição pachukaniana foi apenas um início, gerando posteriormente um debate sobre a forma de derivar a categoria Estado em diferentes contextos sócio-históricos e inserções distintas na circulação do capital em nível mundial, a partir das contribuições dos *derivacionistas*<sup>3</sup>.

Neste sentido, considerar a especificidade acerca da inserção dos países latinoamericanos na totalidade da lógica da acumulação capitalista, ou seja, seu papel na

---

<sup>3</sup> Trata-se do debate alemão da derivação do Estado dos anos 1970 que deduz (deriva) a “forma política” (Estado) das contradições da dinâmica do capital. Para a compreensão do derivacionismo, ver Bonnet e Piva (2017).

divisão internacional do trabalho, é uma questão que não pode ser esquecida caso se deseje um refinamento analítico para a condição do Estado nos países de capitalismo dependente.

Mathias e Salama (1983) apresentam uma análise original que avança no refinamento das mediações necessárias para compreender as especificidades do processo de derivação do Estado em países latino-americanos. Para os autores, a ideia de “economia mundial constituída” relacionada à inserção dos países ‘subdesenvolvidos’<sup>4</sup> em escala mundial denota o quanto os mesmos elementos da forma jurídica, e, portanto, do direito, podem atuar na conformação do Estado<sup>5</sup> conjuntamente à dinâmica de escoamento de valor para os países de capitalismo central, para isso utilizando o regime político como forma jurídica principal.

Assim, para os autores, os regimes de *legitimidade restrita* (ditaduras civis e militares) nesses países são formas jurídicas essenciais que modificam a conjuntura da derivação ao ponto de realizar certas ‘inversões’. Ao passo que, diante das crises do capital, em países de capitalismo central a democracia burguesa é a forma jurídica que garante reaquecimento da acumulação, tornando-se por assim dizer, a ‘regra’ destes Estados. Já em países de capitalismo dependente, como os latino-americanos, a ‘regra’ são os *regimes de legitimidade restrita* (como as ditaduras, os constantes golpes e ainda, as dificuldades de concretização da democracia burguesa em sua completude) são fenômenos demonstram as especificidades do derivacionismo nestes países.

Assim, o *regime político* é o argumento central. Trata-se de dizer que o *regime político* não é o *Estado*, mas sim sua forma de existência na sociedade concreta. Logo, é fundamental assinalar que o derivacionismo não nega a existência da luta de classes no interior do Estado. A luta de classes pode, e deve moldar a dinâmica do regime político, limitando o exercício político dos governos. No entanto, na democracia como condição de exceção nos Estados latino-americanos, é possível pensar que a imposição ideológica dos valores democráticos e seus procedimentos sejam um forma sutil de negar o conteúdo

---

<sup>4</sup> Apesar de Mathias e Salama (1983) usarem o termo ‘subdesenvolvido’, preferimos, para fins de coerência epistemológica, o termo ‘dependente’.

<sup>5</sup> Para um aprofundamento acerca da teorização do Estado e o Capital, nos países latinoamericanos, a partir do debate da derivação, ver Mathias e Salama (1983) e, mais recentemente, Salama (2015).

do Estado nos países dependentes e ocultar sua natureza capitalista especificamente nestes países. Isto tem implicações concretas para organização da luta de classes e pela defesa dos valores democráticos burgueses, que, em última instância servem de utopia para os países em condição dependente.

Assim, é por meio de um regime de legitimidade restrita que o Estado capitalista dos países dependentes demonstram seu elo com o movimento do capital em escala mundial. O regime político, enquanto forma jurídica assume o papel ontológico do processo derivacionista do Estado. No entanto, segundo Mathias e Salama (1983), as contradições internas às relações sociais capitalistas se manifestam de forma diferente nesses países segundo sua conjuntura doméstica. Em todos os países da latinoamérica houve o desenvolvimento social da sociabilidade capitalista, à medida que não passaram por um processo histórico que consolidou uma estrutura social específica local tal como foi nos países do capitalismo central.

As condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua história colonial deixam marcas profundas de “atraso” na sua formação social<sup>6</sup> que o reafirma a condição do Estado Brasileiro na posição de subserviência ao capital internacional reformatando as forma jurídicas dos seus regimes políticos a luz do “destrave” do processo de acumulação. Assim é pertinente lembrar que as relações sociais capitalistas não foram desenvolvidas nestes países internamente por meio de um processo histórico de luta de classes. A generalização da mercadoria se deu nestes países de forma incompleta e específica, caracterizando assim, sua estrutura social como “subdesenvolvida” (dependente).

Portanto, a natureza de classe nos países dependentes não pode ser compreendida a partir da categoria capital. Ela precisa ser deduzida a partir das condições específicas que estes países se encontram dentro da divisão internacional do trabalho, a partir da “economia mundial constituída” e como o regime político se adequa a ela. A relação comercial entre nações, o comércio mundial, deve ser o aspecto central para se

---

<sup>6</sup> Segundo Ianni (2004), três dimensões importantes caracterizam a formação social brasileira e a obstaculiza: o sentido do comércio exterior, o peso da escravatura e o desenvolvimento desigual e combinado. Mattos (2017) argumenta que a análise de Florestan Fernandes ressalta a particularidade da ditadura, se referindo a ela “não como uma ruptura completa mas como um ajuste autocrático burguês.

compreender o Estado, e sua forma - o regime político - nestes países. Ou seja, a “economia mundial constituída”, é categoria-chave para que se compreenda o Estado nos países subdesenvolvidos e é através dela que este pode ser deduzido. A manifestação do Estado também se dá de uma maneira específica, explicitando uma condição específica da divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que se expressa uma tentativa de modificar tal condição.

Mathias e Salama (1983) discorrem que a maior intensidade da luta de classes nos países de capitalismo dependente, diante de uma relação imperialista entre nações, necessita de regimes políticos de “legitimidades restritas” para que se garanta a manutenção da condição subordinada dentro da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, uma relação de dependência.

Ao se voltar para a análise do período contemporâneo no Brasil, o da redemocratização, Behring (2018) nos lembra que apesar dos avanços constitucionais, presenciam-se as “Contrarreformas” do Estado e de ajustes fiscais permanentes, prejudicando-os. Paralelamente, a transição da ditadura para a democracia formal não rompeu com os esquemas patrimonialistas no interior do Estado brasileiro.

### **O Estado, regime e golpe: O Brasil de 2016**

Ao compreendermos que o Estado, como forma política, que, em última instância garante a reprodutibilidade dos elementos sociais fundacionais do capitalismo, é que podemos entender a complexidade do imbricamento entre política, Estado e capital de forma e quais as razões do Estado na funcionalidade do processo de acumulação. Entretanto, se tomamos a figura do Estado como “Estados-Nações” e suas diferentes especificidades, e claro, distintas inserções na dinâmica capitalista mundial, é fundamental fazer a devidas mediações segundo o bloco geopolítico e econômico, assim como a formação social e política de cada país.

É nesta esteira que podemos dizer que derivação ‘direta’ entre as formas: mercadoria / dinheiro / capital / Estado, se elas puderam ocorrer, restringiu-se ao processo de acumulação no âmbito dos países de capitalismo central (Marx, 2013). A democracia

(burguesa) enquanto organização sociopolítica da poder, com seus limites e possibilidades, foi em última instância, a forma jurídica burguesa sobre esta sociabilidade no mundo capitalista (“de mandar e ser mandado”) que acomodou os interesses burgueses. Por isso, a democracia burguesa como “ato político”, tem em sua forma jurídica um dos pilares da edificação de uma instituição que garantiria o interesse das classes dominantes, inclusive quando ela não está diretamente dirigindo o governo. Esta instituição é o Estado moderno.

No caso dos Estados na América Latina, como abordado na introdução deste artigo, não parece prudente realizar esta derivação de forma “simples e automática”, podendo-se incorrer no engodo de realizarmos algumas ‘transposições jurisdicionais’ equivocadas, justapondo períodos históricos, políticos e sociais diacronizando-os, a ponto de parecer mais uma “leitura chapada” do que uma análise política concreta do real. É neste sentido que ao “lançar luzes” sobre o Estado na América Latina é fundamental partir do fato de sua dependência em relação ao capitalismo central (Marini, 2005) e, ao se tratar do Brasil, como abordaremos em seguida, de sua posição subimperialista (Carcanholo, 2014).

Partindo-se desses pressupostos é que podemos esboçar uma primeira aproximação sobre o sentido geral da chamada onda progressista latino-americana, o lugar que o Estado ocupou na desmobilização da classe trabalhadora e um balanço do sentido geral do movimento histórico recente e seu legado político (Prado, 2017), especialmente quando se aponta para o golpe institucional de 2016 e que, em nossa análise, ainda está em curso. Para nossa reflexão, a situação vivenciada no bloco latino-americano, de processos políticos golpistas sucedâneos (Honduras, Paraguai, Brasil, e porque não citar aquele que está se avizinando: Venezuela) se trata de um bem arquitetado plano em longo prazo de um padrão de restituição de poder das oligarquias a nível mundial.

Ora, é fato que a burguesia internacional nunca esteve fora, ou sequer sem o poder político-econômico nas mãos, mas é fato que o padrão de acumulação do capitalismo central decresceu e sua financierização e expansão para setores considerados anteriormente como não produtivos (saúde, educação, segurança etc.) promoveu a

necessidade de readequação da estratégia ofensiva. A democracia, especialmente aquelas mais frágeis, com regimes políticos ainda em consolidação, é um importante espaço para expandir negócios e aprofundar a dependência. Neste sentido, em linha com os golpes em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), o drama brasileiro é por muitos pensado como outro exemplo de uma renovada estratégia do imperialismo na América Latina (Ribeiro, 2016). Por pouco a Argentina não padecia do mesmo problema, já que a eleição em 2015 do sócio-direitista ianque Mauricio Macri (Katz, 2016), parece ser outra indicação de que o giro à esquerda (se é que ele de fato ocorreu?) no continente está acabando.

Do ponto de vista analítico, há algum consenso de que Golpe de Estado, em termos conceituais pode ser compreendido como a “tomada inesperada do poder governamental pela força e sem a participação do povo”, ou ainda como o ato pelo qual um governo tenta se manter no poder além do tempo previsto ou para designar a tomada do poder direta por setores minoritários, sem a participação popular. Em termos jurídicos, trata-se de uma violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia ou um grupo de pessoas que detêm autoridade (Holmes, 2019).

Concordamos com Cardoso (2014) quando a autora descreve que o Golpe de Estado vivenciado na ditadura militar foi orientado pela violência que “teve um caráter fundamental para a superação do período de ‘estagnação e inflação’ que sucedia ao golpe militar, e se configurou em força produtiva e econômica no país porque possibilitou diretamente o enquadramento do trabalho vivo e as altas taxas lucros. Foi a grande sintonia da violência estatal com a acumulação do capital que possibilitou ao Brasil o início de uma fase especial de desenvolvimento” (Cardoso, 2014, p. 32).

Assim, o primeiro golpe vivenciado no Brasil pós-período liberal-democrático foi aquele em que o golpe expressou-se em uma tentativa clara de adequar o “desenvolvimento nacional” à internacionalização do capitalismo monopolista, ou seja, uma manobra política de ajustar a forma jurídica burguesa ao processo/padrão de acumulação necessário para manutenção do poder das classes dominantes e sua recuperação em função da queda da taxa de lucro. Assim poderíamos dizer que a história nos demonstra que a ‘acomodação/mudança do regime político como elemento de destrave de um processo de acumulação’ é uma contratendência?.



Seja via processo eleitoral ou pelos “neogolpes”, o poder político precisa se reinventar para garantir a reprodução ampliada do capital. No continente latinoamericano, o Brasil, por sua posição de destaque tornou-se o alvo da rapinagem burguesa internacional. Para o alcance de seus objetivos, manter o “manto de neutralidade” sobre a responsabilidade do Estado em relação à crise econômica e a sua forma jurídica, assim como tornar o devido processo legal “intocável” na argumentação sobre a validade do juízo político que se assolava os casos latinoamericanos supracitados, que, inclusive no Brasil, tem sido a tônica vigente da tática de dominação dos terrenos férteis de expropriação de mais-valor.

Há diversas nomenclaturas e interpretações sobre o que se chama de Golpe de Estado no decurso histórico pós-ditaduras militares. Os pesquisadores atentam-se ao fato de que há uma diferença substantiva na realização do ato golpista que não necessariamente resulta da força física (aparato militar) ou da destituição da ordem burguesa legal (intervenção e fechamento de algum dos três poderes). Estes golpes de novo tipo, ou neogolpes, tem sido entendidos como golpe benévolo, como uma variante de uma nova tendência de golpismo. Esse tipo de golpe é menos violento, é realizado por civis, preserva a fachada institucional e não depende necessariamente de apoio externo (dos Estados Unidos).

O objetivo consiste em resolver uma situação de bloqueio, potencialmente desastrosa política e socialmente para o país (Llano et al, 2012). Um importante aspecto da situação atual qual passa o Brasil é que o afastamento presidencial é por nós considerado um golpe institucional (também de golpe brando, brado, de outro tipo, ou de outro gênero, dentre outras nomenclaturas). Tratando-se de uma ruptura com o que se poderia denominar “normalidade democrática”. (Ramos et al, 2016). Vale-de-Almeida (2016) faz um exercício produtivo de pensar o golpe brasileiro como um exemplo de processos que vêm acontecendo por toda a parte: a nova modalidade de golpe branco, onde as aparências de um processo regular e legal precisam ser mantidas, mas não a própria democracia, necessariamente.

Do ponto de vista dos “legalistas”, a argumentação tem residido na dicotomia impeachment-golpe. Para estes, os processos de impeachment não têm sido avaliados

como golpes de Estado. Nas democracias cujos regimes são presidenciais eles podem ser utilizados como um “voto de desconfiança” do parlamento. Mesmo sob este ‘véu de legalismo’, é interessante notar que estes sugerem que há na América Latina uma tendência à “parlamentarização”<sup>7</sup>, ou seja, em termos ainda restritos à legalidade que na prática significa que dificilmente presidentes conseguem sobreviver sem maioria parlamentar e que podem ser derrubados pelo parlamento (Llano et al, 2012).

Mas, para aqueles que se apoiam na perspectiva crítica marxista, o giro à esquerda e o processo progressista vivenciada na América Latina e, especialmente no Brasil, está em consonância com o projeto de avanço burguês na região. Ora, se bem lembrarmos a “Carta ao Povo Brasileiro de 2002”, na eleição de Lula e no prosseguimento de seus governos de política econômica neoliberal, mas, sem dúvidas, com breves nuances de socialdemocracia, entendemos que nunca houve um rompimento com os interesses burgueses, já que o processo de acumulação permanecia em curso, ou seja, um “neodesenvolvimentismo” (Sampaio Jr, 2012). Longe de questionar o status quo, o novo desenvolvimentismo tem por finalidade última desenvolver o *capital* e não os direitos sociais, por mais que estes últimos sejam invocados como argumentos para manter a classe trabalhadora produtiva.

### **Novo desenvolvimentismo, golpe e frações populares**

---

<sup>7</sup> O que nos chama a atenção é que, mesmo por paradigmas de análise diferentes (os autores citados são claramente socialdemocratas) apontam para a parlamentarização como uma mudança no regime político. Claro, as explicações e justificativas deste fato encontram-se enraizadas no devido processo legal e na condução da institucionalidade como forma de provar que os “arranjos” ou “desenhos” das instituições políticas apresentam problemas, e, por isso, devem ser “melhorados”. No nosso enfoque, de matriz marxista pachukaniano-salamiano, considera que a *mudança no regime político* é o ponto de inflexão histórico que irá ocorrer para propiciar o avanço do capitalismo em um novo padrão de acumulação. Isso tardará, evidentemente, em função da longa depressão que se esticará por décadas, no entanto, diferentemente da análise ‘ousada’ dos socialdemocratas, nos resignamos em dizer que não sabemos qual regime político emergirá, afinal, a história é um livro aberto e repleto de possibilidades. Contudo, se não houver nenhuma profunda inflexão na história, a tendência é que esta mudança irá acontecer, conforme nos apontam Mathias e Salama (1983): “Essa contradição se resolve pela negação de um dos seus termos. Ou o regime político [**vigente**], sob o impulso da luta de classes se dilata; ou, sob o peso da reação, modifica-se e se adapta à necessidade de reproduzir o capital nas melhores condições possíveis” (Mathias e Salama, 1983, p. 16, grifo nosso).

Às expensas de outras interpretações sobre o golpe, de acordo com Gonçalves (2012), a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula expressa um projeto que se pode denominar “desenvolvimentismo às avessas”; ou seja, é ausência de transformações estruturais que caracterizariam o projeto desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960. Em relação à ideologia desenvolvimentista que floresceu no Brasil no período situado entre o fim do segundo Governo Vargas (1951-1954) e o Golpe de Estado que pôs termo ao populismo (1964) (Menezes, 2014). Já para a interpretação marxista de Sampaio Jr. (2012), o desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social etc.

Neste momento é pertinente lembrar que o PT foi construído no terreno do reformismo democrático-popular, que tinha como objetivo final declarado o socialismo, ainda que questionável do ponto de vista do seu conteúdo. Tal estratégia se pauta no processo de alargamento da democracia (burguesa) e do desenvolvimento (capitalista). Por isso, é fundamental, sob uma conversa franca e amistosa com parte da esquerda, reafirmar que esta estratégia não foi traída ou abandonada, mas sim foi realizada com problemas, restringindo-se ao âmbito do reformismo. E, por isso, é preciso superá-la. Essa superação – numa síntese que ainda está por vir, e pode não ocorrer –, por sua vez, tem de passar, entre tantas outras coisas, por fazer um inventário das análises unitárias e coerentes sobre a realidade brasileira e latino-americana que informaram aquela estratégia (Prado, 2017). Nas próprias palavras do autor:

“É necessário, portanto, que a nova fundação seja feita em outro terreno. Em suma, será preciso construir novos instrumentos políticos; O povo brasileiro precisa de outro esquema tático e de outro horizonte estratégico, que só podem ser forjados em categorias de base alheias à surrada política convencional com a qual o PT se identificou (Prado, 2017, p. 153).

Por isso, reforçamos que o enfoque marxista é o mais adequado para elucidar a crise em questão. Ela não parte dos indivíduos nem das querelas opinativas, mas sim das classes sociais e suas frações, seus múltiplos interesses e conflitos intra e interclasse pela riqueza social. O epicentro da crise política, e logo do golpe foi o conflito distributivo entreclasses. O pesado ajuste fiscal para assegurar o capital rentista o pagamento da dívida pública, a abertura e privatização da economia brasileira para atender ao capital internacional, além dos cortes aos direitos trabalhistas e sociais, são os principais objetivos do golpe em curso (Boito Júnior, 2016b).

A despeito das críticas sindicais ao governo Dilma, a iminência do golpe levou a um realinhamento das posições sustentadas pelas centrais, o que constituiu uma novidade do cenário político pós-eleitoral. Com o agravamento da crise política em 2015, uma parte da oposição de esquerda se reaproximou dos movimentos mais próximos do PT em nome da defesa da democracia. Em setembro e outubro de 2015, duas iniciativas foram criadas: a *Frente Brasil Popular* (FBP), dirigida por grupos governistas e aliados ao PT, sendo integrada por CUT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento dos Sem Terra (MST), entre outros, e a *Frente Povo Sem Medo* (FPSM), associação entre partidos políticos de esquerda, centrais sindicais e movimentos sociais, em destaque: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as Brigadas Populares (BPs), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes e militantes e entidades partidárias ligadas ao PSOL, Partido Comunista Brasileiro (União da Juventude Comunista) e Partido da Causa Operária. E, ainda, integra a FPSM a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que também participa da FBP. A crise política que vem desde a eleição presidencial de 2014, passou pelo golpe parlamentar de agosto de 2016 e chega ao final desse mesmo ano já sob o governo de Michel Temer que coloca em cheque essa frente política que vigorou pelo menos entre 2005 e 2014. A rigor, com esse governo, tudo indica que esse ciclo neodesenvolvimentista chegara ao fim (Galvão, Marcelino, 2017).

Mesmo que haja tantas evidências sobre a realização e êxito do golpe institucional vivenciado no Brasil, uma preocupação que raramente aparece na cena acadêmica é o

como o “Brasil de verdade”, das classes trabalhadoras populares e suas diferentes frações (o lúpemproletariado, os trabalhadores desprotegidos e tantos outros) compreendem a situação política vivenciada com o golpe e qual leitura que estas frações fazem sobre o que vem ocorrendo. Neste sentido, alguns estudos sobre a ‘antropologia do golpe’ podem nos ajudar a refinar esta análise. Para diversos analistas, desde logo, o ponto comum e central sobre o golpe nas frações subalternas permeia a percepção da manipulação das regras mesmo quando as regras são aparentemente cumpridas. (Vale-de-Almeida, 2016).

Compreender a visão das pessoas comuns sobre o golpe não pode ser um projeto focado no tema político, mas deve requerer uma perspectiva holística que incorpore todas as dimensões da vida social: o trabalho, a família e a religião como fatores fundamentais que conformam a visão de mundo dos sujeitos (Pinheiro-Machado, 2016). Assim, Ribeiro (2016) demonstra que o golpe, na perspectiva do “brasileiro real” tem sido encarado como um “drama social”. Subdivididos em momentos de ruptura, crise, reparação e desfecho, é possível identificar momentos e personagens diferentes (Ribeiro, 2016), calmarias e clímax, análogos a uma novela.

Neste momento, considerando o percurso como uma “ruptura”, para mais além do significado do estranhamento entre ocupantes de cargos estrutural e intimamente relacionados, nele foi dado o sinal de que um golpe institucional poderia ocorrer. As classes, tendo em vista que o vice-presidente Michel Temer aparentava acordo com Dilma, o apoiaria e tudo seguiria com a aparência de normalidade política e institucional que até que o golpe permitiria afastar, para a opinião pública, a hipótese de que se tratava de um golpe clássico em que a Constituição é abertamente rasgada (Ribeiro, 2016), demonstrando-se como violência sobre a própria classe. A mídia teve o papel central de fomentar o ódio ao petismo e defender seus interesses nas concessões que o Estado lhe autoriza. Saqueou-se a opinião pública dividindo-a naqueles que denunciam o golpe jurídico-midiático-parlamentar, nomeando as forças que se uniram contra Dilma Rousseff. De outro, os que asseguram a maturidade e isenção das instituições republicanas democráticas (Ribeiro, 2016).

Na análise de Ribeiro (2016), o que foi se estabelecendo é um *remake* da hegemonia do bloco histórico conservador sempre interessado na manutenção e

exploração da desigualdade, no alinhamento automático do país com o imperialismo norte-americano e com os interesses do grande capital. A estrutura republicana com o seu suposto equilíbrio entre três poderes independentes também parece ter chegado ao seu limite. Segundo Pinheiro-Marchado (2016), para as frações populares da classe trabalhadora, o que aparece é uma:

“‘briga de branco’ em algumas periferias de São Paulo. Esta não é uma conclusão muito diferente do que minha colega Lúcia Scalco – que trabalha no Morro da Cruz em Porto Alegre há dez anos – tem observado em suas incursões etnográficas. Muitas vezes, as demandas de seus interlocutores são tão urgentes e vitais (a casa que pegou fogo, a falta de luz elétrica, o não atendimento no posto de saúde) que fazem com que o jogo político seja percebido com profundo descrédito. O Estado, governado à direita ou à esquerda, é compreendido por muitas pessoas como sinônimo de ausência, no que se refere aos serviços básicos; e como violenta presença, no que se refere à atuação da polícia” (Pinheiro-Machado, 2016, p. 23).

Na perspectiva dos que não tem seus direitos efetivados na vida cotidiana, viver no capitalismo é a possibilidade de consumir. Assim, sem muitas reflexões, o cotidiano sob o golpe aparece como antes e depois do *gozo onírico da distinção*, ou seja, da possibilidade de consumir de se considerar melhor e distinto do outro por isso. O uso de marcas ou de “coisas boas de verdade” era sempre atrelado a uma narrativa que desvelava o caráter excludente, clasista, racista e sexista da sociedade brasileira. Esses fatos evidenciavam que, no Brasil lulista e neoliberal, a esfera política e a subjetividade econômica estavam se movendo e se transformando (Pinheiro-Machado, 2016), e em certa medida abrindo espaço para o traço neoescravocrata sobrevivente no imaginário coletivo.

### **Saúde e o golpe: institucionalismo ou historicização?**

Diante deste cenário resta saber a leitura que o setor saúde e sua classe trabalhadora, alvo principal deste artigo, vem fazendo sobre o golpe, suas origens, seu desenrolar e as tendências futuras diante do Estado no capitalismo contemporâneo. Para a saúde e sua concepção sobre ‘o político’, que se caracteriza por ser hegemonicamente

socialdemocrata, o golpe tende a ser analisado em um espectro de enfoques que transitam do social-liberalismo à teoria do *policy-making* (Carnut, Mendes, 2017). Entre suas principais consequências em pensar a política e o cenário vigente neste enfoque é a de considerar que a ação política se restringe exclusivamente ao aparelhamento do Estado por membros dessa comunidade, com foco na execução de políticas públicas no setor da saúde (Fleury, 2018). Assim, a luta se concentrou apenas no aperfeiçoamento dos modelos technoassistenciais de gestão da saúde, quando muito, na capacidade financeiro-orçamentária do Estado com o objetivo de garantir a viabilidade e sustentabilidade do sistema de saúde, esquecendo-se dos movimentos populares e da organização trabalhadora.

A segunda foi reconsiderar a necessária crítica marxista para a produção da pluralidade do conhecimento (Mendes, Carnut, Mendes, 2018; Dantas, 2017) que, em constante reelaboração, compõe o campo da Saúde Coletiva com suas teorias, conceitos, práticas e métodos. Na insistência em rejeitar o marxismo, ‘o político’ gerado por uma grande quantidade de análise desse campo consolidou o discurso da esquerda democrática sobre a conjuntura, isto é, que “ao se encarregar das políticas públicas para ampliar a democracia nas instituições do Estado” seria a única tarefa a ser dedicada (Dantas, 2017, p. 42). Compreender como a saúde analisa o político é uma importante contribuição para combater a visão hegemonicamente socialdemocrata do “político” que gera consequências problemáticas para a unidade da ação política dos membros da saúde coletiva no Brasil, especialmente sob o golpe institucional de 2016.

Para o olhar de esquerda em geral, o golpe vivido no Brasil tem duas grandes interpretações, dependendo do enfoque político utilizado (Harto-de-Vera, 2006). Em suma, para os socialdemocratas, o problema reside na capacidade limitada de governo da presidente Dilma Roussef em construir um amplo consenso no campo das instituições políticas brasileiras, marcadamente fisiologistas e corruptas (Valim, 2017). Apesar de não haver provas de sua culpa, Roussef não teria conseguido manter a “estabilidade” das instituições democráticas e, portanto, foi objeto de um julgamento político que a afastou do poder. Para os marxistas, o problema está na própria forma jurídica e não na capacidade de articulação política ou arranjos institucionais. Nesta perspectiva, todo

direito é um golpe e é invocado pela burguesia sempre que lhes convém. A forma jurídica constitutiva do direito burguês é, em essência, privar o trabalhador dos seus meios de subsistência, ou seja, sacar da sua existência o máximo de valor para si. Isto se baseia na concepção de ‘igualdade jurídica’ para escamotear esta espoliação e a correspondente dominação das frações mais fortes sobre as mais fracas (Mascaro, 2018). Quando tensionados sob luta de classes, o capital internacional e da grande burguesia, representada no Congresso Nacional (Boito Júnior, 2018), tendem a abdicar de alguns direitos em nome da manutenção do *status quo* (Mascaro, 2018).

A Saúde Coletiva tende a negar a fragilidade e a servidão que o Estado tem para com a lógica do padrão de acumulação capitalista (Teixeira, Costa Pinto, 2012; Alves, 2017) e também tende a rechaçar os interesses econômicos das “elites políticas”<sup>8</sup> e suas respectivas frações na análise do horizonte no processo de tomada de decisão, especialmente quando se trata do direito à saúde sociais. Em particular, no caso brasileiro, Costa Pinto et al. (2016) mostram que a frente política desenvolvimentista (parte da burguesia brasileira, parte do governo do partido dos trabalhadores e segmentos específicos do movimento operário) e bancário, em conjunto com o segmento financeiro foram as principais frações que se aliaram na manutenção do poder econômico no Estado. Por isso, o impeachment da presidente Rousseff foi uma estratégia para desbloquear acumulação capitalista crendo em um reinício neoliberal, desta vez, ortodoxo (Boito Júnior, 2016a). Portanto, para além das concepções de democracia burguesa (que apostam no procedimentalismo metodológico) e outros conceitos políticos filiados a tradição liberal, a história demonstra, mais uma vez, que o cenário político e econômico expressam a crise da acumulação do capitalismo brasileiro (Teixeira, Costa Pinto, 2012).

---

<sup>8</sup>Soares descreve o sentido dessas elites econômicas ao se referir ao papel da Coalização Saúde Brasil. Para ela, ainda no governo Temer, uma outra expressão do que podemos denominar de captura e profunda instrumentalização do espaço público pela lógica privada é o contexto favorável ao lançamento do documento Coalizão Saúde Brasil: “o grupo Coalizão Saúde surge em 2014, mas é em 2016, no contexto do golpe institucional, que passa a agregar 24 entidades articuladoras do capital da saúde: desde indústrias como a Jonhson&Johnson, passando por entidades de operadoras de planos de saúde, indústria farmacêutica, associação de hospitais privados, confederação dos hospitais e entidades filantrópicas. Chama a atenção nas proposições do grupo a defesa clara de uma ampliação da “[...] participação dos prestadores privados de assistência à saúde na definição da política de saúde [...]” (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018, p. 17) e para isso a necessidade da criação de conselhos de especialistas “[...] ligados diretamente aos gabinetes dos prefeitos” (Soares, 2018, p. 27).



Assim, tentando confirmar a tese de que o golpe vivenciado no Brasil é mais uma contratendência para destravar a acumulação capitalista de declínio da lucratividade (Mendes e Carnut, 2018) e que conta com o Estado para remodelar a forma jurídica a seu favor, é que se tem na democracia o seu principal alvo. Como reformatar sem desconfigurá-la? Como justificar uma ‘saturação’ do processo democrático sem eliminá-la?

Uma transição democrática para outro regime político parece ser a tendência a desenhar-se. Para isso, a história nos ajuda mais uma vez fornecendo-nos a evidência necessária. Demier (2018) relata que os interesses da burguesia internacional na democracia dos países latinoamericanos se apresentam desde longa data. Enquanto prescreviam uma reformatação da democracia liberal para Europa e Estados Unidos que permitisse abrir outros espaços de investimentos ao capital via privatizações/mercantilizações dos serviços sociais, teóricos e cientistas sociais neoconservadores vinculados à *Comissão Trilateral* propuseram também que na, ainda, ditatorial América Latina, começasse a se efetivar *pelo alto*, mudanças nos sistemas políticos nacionais, visando a constituição de sistemas democráticos do tipo *restrito* (Demier, 2018).

Assim, era interesse de que os regimes democrático-liberais pós-ditaduras deveriam apresentar um baixíssimo grau de mobilização popular, privando os espaços políticos decisórios de qualquer tipo de interferência de massas. Ao se lançar mão da teoria schumpeteriana, na qual a democracia é identificada/reduzida a um “mercado político”, os teóricos neoconservadores indicavam para a América Latina a edificação de um regime democrático de tipo “procedimentalista”<sup>9</sup>, o qual seria vertebrado por

---

<sup>9</sup>Aceitar a democracia, como prática cada vez mais ‘instrumentalizada’ ou ‘procedimentalizada’ é aceitar as regras do jogo em extremada desvantagem, já que essas regras são forjadas sob ‘ares de liberdade e participação’ por um congresso que não representam muito além do que os interesses dos capitalistas e de suas frações. Por isso, a forma jurídica que se estabelece neste ‘contrato’ de representante-representado, se adequa mais à vontade de quem *representa* do que aquele(a) que está *sendo representado*. É nesse requinte de sutileza que a forma jurídica vai se delineando aos interesses da classe dominante, que têm na forma política (O Estado e de suas leis-normas-regras) a proteção dela própria a uma possível revolução. Neste sentido Safatle nos esclarece quando afirma que: “A representação tem suas regras, seus modos de contagem, tem suas gramáticas e seus acordos. Aceitar sua gramática é aceitar como as lutas se darão e em qual espaço, como os conflitos serão resolvidos [...] A essa submissão chamamos normalmente de ‘democracia’”. (Safatle, 2017, p. 127)

instituições e uma lógica de funcionamento que garantissem a “governabilidade” (pressuposto político vital para implementação da plataforma neoliberal).

Remodeladas pelo neoliberalismo das duas últimas décadas, as democracias liberais dos países de capitalismo central substituíram uma política social reformista que as caracterizavam, por outra de corte nitidamente contrarreformista. Em consonância com o controle da queda da taxa de lucro executada pelas gradativas e conflituosas contrarreformas, foi-se aprimorando a “blindagem” democrática, restringindo a democracia no que tange ao controle popular e a participação da classe trabalhadora. No Brasil, especialmente no período petista, isso se conduziu como uma máscara. Mesmo que sob uma aparente situação de ampliação dos espaços de participação popular e “transparência governamental”, contraditoriamente a decisão política dos espaços participativos ia ficando mais alijada da classe trabalhadora e suas reais representações. Os espaços deliberativos tornavam-se cada vez mais consultivos e, quando não, cooptados. As formas de transparência tornavam-se protocolares, a ponto das consultas públicas tornarem-se meros rituais administrativos. Neste sentido, concordamos com Demier (2017) quando aponta que “essas configurações políticas, altamente restritivas, se constituem na forma *ótima* da gestão burguesa da luta de classes”. E assim, estamos.

### **Breves considerações finais**

Problematizar o Estado à luz do debate da derivação nos alça a pensar o golpe institucional de 2016 à luz do proceso de acumulação. O neodesenvolvimentismo no Brasil correspondeu a uma política de nuance socialdemocrata com uma prática econômica neoliberal, pavimentando o caminho, outrora já planejado, para alcance do poder estatal por representantes legítimos da burguesia, em especial sua fração financeiro-rentista. A luta de classes e a percepção da melhora das condições de vida das frações populares dos trabalhadores, via consumo, retardou os planos oligárquicos internacionais de dominação política através dos rituais da democracia representativa, sendo necessário um golpe para desbloquear os caminhos políticos que asseguram a natureza da forma jurídica do Estado à reprodução do modo de produção.

Neste cenário, o setor saúde optou por permanecer na interpretação do golpe sob o ecletismo político, realçando sua simpatia pelas narrativas explicativas institucionais e portanto, alinhadas ao neodesenvolvimentismo petista. Ao virar as costas para a historicidade do processo sociopolítico vivido na América Latina e, as suas consequências no Brasil, a sensação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde é de perplexidade, já que as análises políticas do campo da Saúde Coletiva, por mais esmeradas que sejam, fixam-se na agência do indivíduo nas instituições, ou no máximo, na imediatez da conjuntura.

Por fim, entendemos que o regime político é central na conformação do Estado para reacomodar o novo padrão de acumulação. Explicitamos nossos argumentos na defesa desta tese e consideramos que o golpe de 2016 tem sido o momento de transição para outro regime político que se delinea dialeticamente no processo socio-histórico. No decurso desta transição, é possível que a democracia se restrinja cada vez mais a ponto de justificar outras regras e, por certo, outras formas jurídicas que sirvam de suporte a acumulação capitalista. Uma miríade de possibilidades podem ocorrer, inclusive guinadas mais radicais na forma-regime para que o trânsito do valor reaqueça os mercados centrais. Ora, requestrar ares ditatoriais em formalidades democráticas não está fora das possibilidades de mudança da forma-regime<sup>10</sup>, entretanto, em termos longitudinais, espera-se muito mais do que isso.

## Referências

ALKIMIM, Ana. Se si meten com Dilma, se meten con todas. In: NEPOMUCENO, Eric et al. (orgs). *Brasil: Golpe de 2016*. Madrid: Ambulantes, 2016.

ALVES, Giovanni. Reforma trabalhista, modernização catastrófica e miséria da república brasileira. 2017. Acesso em 27, ago 2018. Disponível em: <http://controversia.com.br/3390>.

ARAÚJO, Paulo Henrique F. As categorias Classes Sociais e Estado no Livro Primeiro de O Capital. XXIII Encontro Nacional de Economia Política. 2018a.

---

<sup>10</sup> O crescimento do que se convencionou chamar de ‘neofascismo’ vem se espalhando lentamente pelo mundo a décadas (Bull, 2012). A eleição de Bolsonaro no Brasil pode, em certa medida, ser encarada como um sintoma deste fenômeno (Arcary, 2019a).

ARAÚJO, Paulo Henrique F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o estado: revisitando o Estado e a revolução. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, RJ, n. 50, p. 114-140, 2018b.

ARCARY, Valério. Is Bolsonaro a neo-fascist? Acesso em: 12, mar 2019a. Disponível em: <https://socialistworker.org/2018/10/24/is-bolsonaro-a-neofascist>.

ARCARY, Valério. Primeiro mês de Bolsonaro: cinco questões cruciais. Acesso em: 19, fev 2019b. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/02/01/primeiro-mes-de-bolsonaro-cinco-questoes-cruciais/>

BEHRING, Elaine R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. BOSCHETTI, I; BEHRING, E; LIMA, Rita (orgs.). In: *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2018. Cap.2, p. 39-72.

BOITO JÚNIOR, Armando. A assim chamada “crise de representação”. *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 29-34, 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 42, p. 155-162, 2016a.

BOITO JÚNIOR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016b.

BONNET, A; PIVA, A. Prólogo. In: BONNET, A; PIVA, A. (compiladores). *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

BULL, Anna Cento. Neo-fascism. *The Oxford Handbook of Fascism*. Print Publication Date: Oct 2010 Subject: History, Modern History (1701 to 1945) Online Publication Date: Sep 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. Desafios e perspectivas para a América Latina do Século XXI. *Argumentum*, Vitória, Espírito Santo, v. 6, n. 2, p. 6-25, 2014.

CARCANHOLO, Reinaldo; Nakatani P. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. *Ensaio FEE*, 20(1): 284-304, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1947/2323>>. Acesso em: dez 2012.

CARDOSO, Renata de Oliveira. O processo de contrarreforma do Estado brasileiro e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: a privatização mascarada dos Hospitais Universitários. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo. *A saúde*

*nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014. p. 32-45.

CARNIEL, Fagner, RUGG, Julia de Oliveira; RUGG, Lennita Oliveira. “Crises nervosas da presidente”!? Sobre a generificação do humor político no ciberespaço brasileiro. XXXI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2017. v. 21, p. 1-25.

CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas. O ‘pensamento social’ e ‘o político’ na saúde coletiva: primeiras notas sobre a análise política do campo sobre o golpe. In: Anais do 8o. Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, 2018. v. 8, p. 1-10.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Por uma crítica imanente sobre os limites das políticas públicas de direitos sociais e o Estado na produção do bem comum no modo de produção capitalista. *Saúde e Sociedade*, v. 24, S1, p.55-65, 2015.

COSTA PINTO, Eduardo et al. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Textos para Discussão. 2016. Acesso em: 01, ago 2017. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD\\_IE\\_004\\_2016\\_COSTA\\_PINTO\\_et\\_al.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD_IE_004_2016_COSTA_PINTO_et_al.pdf).

DANTAS, Alexis, JABBOUR, Elias. Economia, dinâmica de classes e Golpe de Estado no Brasil (anatomia da crise brasileira). Textos para discussão 3. Plataforma social. Acesso em 10, mar, 2019. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Artigo-Brasil-Alexis-e-Elias1.pdf>

DANTAS, André Vianna. Reforma sanitária brasileira: ainda em busca de uma teoria para um debate necessário. In: \_\_\_\_\_. *Do socialismo à democracia: tática e estratégia na reforma sanitária brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2017.

DEMIER, Felipe. Da ditadura bonapartista à democracia blindada: regimes políticos e dominação de classe no Brasil recente. MATTOS, Marcelo Badaró. *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 67-102.

FLEURY, Sonia. Reforma Sanitária: múltiplas leituras, diálogos e controvérsias. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da reforma sanitária: diálogos críticos*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018. p. 15-30.

GALVÃO, Andreia; MACERLINO, Paula. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. In: Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2017.

GERALDES, Elen Cristina et al (orgs). *Mídia, Misoginia e Golpe* 1. ed. Brasília: FAC-UnB, 2016

HARTO-DE-VERA, Fernando. *Ciencia política y teoría política contemporáneas: una relación problemática*. Madrid: Editorial Trotta; 2006.

HIRSCH, Joachim. Elementos para uma teoria materialista del estado. In: BONNET, A; PIVA, A. (compiladores). *Estado y Capital: el debate alemán sobre la derivación del Estado*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.

HOLMES, Pablo. Por que foi um golpe? Acesso em 10, mar 2019. Disponível em: <http://www.criticaconstitucional.com.br/por-que-foi-um-golpe/>

IANNI, Octávio. *A ideia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IASI, Mauro. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. In: *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

KATZ, Claudio. Belicismo, globalismo y autoritarismo (II). Herramienta. Acesso em: 10, mar 2019. Disponível em: <https://katz.lahaine.org/b2-img/BELICISMOGLOBALISMO YAUTORITARISMOII.pdf>

LLANO, Mariana; NOLTE, Detlef; WEBER, Cordula Tibi. Paraguai: golpe ou voto de desconfiança? *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 3, n. 14, 2012.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, José Pedro (orgs). *Rui Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS JÚNIOR, José Paulo et al. *A crise e o golpe*. Ponto e Vírgula , São Paulo, v, 1, n. 19, p. 64-81, 2016.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo; 2018.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. *O Estado superdesenvolvido: ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MATTOS, Marcelo B. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. MATTOS, Marcelo B. (org.) In: Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência Edidtora, 2017.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. *Saúde e Sociedade*, v. 27, p. 1105-1119, 2018.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo; MENDES, Samara Jamile. Para compreender os desafios atuais da saúde pública: contribuição dos trabalhadores do SUS em uma formação política crítica. In: Anais do VIII Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, v. 8; 2018. p. 1-10.

MENEZES, Juliana Souza Bravo. Os governos do PT e as Políticas Sociais: “Nada de novo no front”. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo. *A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014. p. 7-19.

NASCIMENTO, Adriano. Bobbio e a teoria marxista do Estado. *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*, Vitória da Conquista, BA, n, 7., p. 9-32, 2009.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Entrevista com Joachim Hirsch. *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 30, p. 11-23, 2018.

PACHUKANIS, Évgueni. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos* (1921-1929). São Paulo: Sundermann, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, SP, v. 8, n. 2, p. 21-28, 2016.

PRADO, Fernando Correa. Além do PT - A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 21 n. 39, p. 150-153, 2017.

RAMOS, Gustavo Teixeira et al. *A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016*. Bauru, SP: Projeto Editorial Práxis, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Gramsci, Turner e Geertz - O Fim da Hegemonia do PT e o Golpe. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, SP, v. 8, n. 2, p. 11-20, 2016.

SALAMA, Pierre. L'Etat et ses particularités dans les pays émergents latino-américains: une approche théorique à partir de l'école de la dérivation. In: ARTOUS, A et al. *Nature et forme de l'état capitaliste: analyses marxistes contemporaines*. Editions syllepse (Paris) et m éditeur (Québec), 2015. P.125-152

SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. In: Serviço Social & Sociedade n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Raquel Cavalcanti. Governo Temer e contrarreforma na política de saúde: a inviabilização do SUS. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n.1, p. 24-32, 2018.

TEIXEIRA, Carmem Fontes; VILASBÔAS Ana Luiza Queiroz; PAIM, Jairnilson. Mais que nunca, é preciso lutar. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 2, p. 5-10, 2018.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; COSTA PINTO, Eduardo. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 21, n. esp, p. 909-941, 2012.

VALE-DE-ALMEIDA, Miguel. Golpe Branco. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, SP, v. 8, n. 2, p. 29-32, 2016.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. Contracorrente; 2017.